

1991-1992 Director de Produção na Empresa Tecno-Rocha na Madeira

1992-2001 — Professor do Ensino Básico e Secundário

2001 até à actualidade — Em funções técnico-pedagógicas na Direcção Regional de Educação (entre Novembro de 2005- Junho de 2006 esteve com Director interino dos Serviços de Recursos Materiais).

Conhecimentos de informática:

Informática básica em ambiente Windows

Excel Básico

Office Word Básico

AutoCad.

Idiomas:

Inglês e Francês — falado e escrito.

Agrupamento de Escolas do Concelho de Aljezur

Aviso n.º 797/2008

Em cumprimento do disposto no artigo 95.º, do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, conjugado com o n.º 1, do artigo 132.º, do ECD, faz-se público que se encontra afixada na Sala de Professores a Lista de Antiquidade deste Agrupamento, reportada a 31 de Agosto de 2007.

Os docentes dispõem de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República*, para apresentar reclamação ao dirigente máximo, nos termos do artigo 96.º, do referido Decreto-Lei.

19 de Dezembro de 2007. — A Presidente do Conselho Executivo, *Maria da Piedade Matoso Freire*.

Agrupamento Vertical de Escolas das Naus

Despacho (extracto) n.º 1151/2008

Por despacho do Presidente da Comissão Executiva Instaladora do Agrupamento Vertical de Escolas das Naus — Lagos, no uso das competências delegadas no n.º 1.2 do despacho 23106/2006, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 128, de 13 de Novembro, foram homologados os contratos Administrativos de Serviço Docente referentes ao ano lectivo de 2006-2007 dos professores abaixo indicados:

Nome	Grupo	Data da homologação
Sandra Maria Cunha Pinho Costa Barata.	200	05-01-2007
Luis Filipe Martins Sousa	230	29-11-2006
Nuno Alexandre Rodrigues Amaral. . .	230	29-11-2006
Rosária Encarnação Teles Baião	230	29-11-2006
Ana Margarida Simões Martins	230	29-11-2006
Fernanda Maria Silva Cândido	240	29-11-2006
Marília Aquino Lopes	240	22-01-2007
Zaida Isabel Santos Lopes Pereira	240	05-02-2007
Marta Susana Costa Nunes Carvalho	250	29-11-2006
Maria Teresa Faustino das Neves Diogo.	290	29-11-2006
Ana Maria Andrade Rodrigues	320	20-11-2006
Lina Isabel Guerreiro Barracha	340	29-11-2006
Ana Emília das Dores Terleira	350	29-11-2006
Susana Isabel Dias Ramos Ricardo . . .	510	22-01-2007
Tiago de Freitas Lomelino Botelho de Oliveira.	510	29-11-2006
Maria Francisca Costa Serrasqueiro Dionisio.	530	29-11-2006
Maria da Graça Martins Fernandes . . .	600	19-02-2007
Manuel Amílcar Caeiro Fitas.	Técnicas especiais	29-11-2006
Paulo Jorge Guerreiro Franco	Técnicas especiais	29-11-2006

11 de Dezembro de 2007. — O Presidente da Comissão Executiva Instaladora, *Carlos Manuel Mascarenhas Bonança*.

Gabinete de Gestão Financeira

Despacho n.º 1152/2008

Por meu despacho de 27 de Julho de 2007, foi renovada a comissão de serviço do licenciado António Joaquim Salgado dos Santos Costa Ferreira para o cargo de direcção intermédia de 1.º grau de Director de Serviços de Sistemas de Informação, nos termos do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Novembro de 2007, inclusive.

2 de Novembro de 2007. — O Director-Geral do Gabinete de Gestão Financeira, *Edmundo Gomes*.

Despacho n.º 1153/2008

Por meu despacho de 27 de Julho de 2007, foi renovada a comissão de serviço do licenciado António Joaquim Salgado dos Santos Costa Ferreira para o cargo de direcção intermédia de 1.º grau de Director de Serviços de Sistemas de Informação, nos termos do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Novembro de 2007, inclusive.

2 de Novembro de 2007. — O Director-Geral, *Edmundo Gomes*.

Despacho n.º 1154/2008

Nos termos do n.º 2 do artigo 6º da Portaria n.º 1294-D/2007, de 28 de Setembro, conjugado com o n.º 5 do artigo 2º do Decreto-Lei n.º 326-B/2007, de 28 de Setembro, os Centros Locais da Autoridade para as Condições do Trabalho, são serviços desconcentrados, dirigidos por um director, cargo de direcção intermédia de 1º grau.

Considerando que se encontra vago o lugar de director do Centro Local de Lisboa Oriental, previsto na alínea m) do n.º 4.2 do artigo 1º da mencionada Portaria n.º 1294-D/2007, de 28 de Setembro, torna-se agora necessário assegurar as funções de direcção e de coordenação daquela unidade orgânica.

Considerando que a Licenciada Maria de Fátima Cemeirão Ramalho Pisco, Inspectora Superior do quadro do ex-Instituto para o Desenvolvimento e Inspecção das Condições de Trabalho, reúne as condições de competência técnica e aptidão necessárias para o exercício das referidas funções, como decorre da nota curricular anexa ao presente despacho:

Nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 20º e 27º, conjugados com os n.ºs 8, 9 e 10 do artigo 21º, todos da lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e com o n.º 5 do artigo 2º e artigo 9º, ambos do Decreto-Lei n.º 326-B/2007, de 28 de Setembro, nomeio, em regime de substituição, a Licenciada Maria de Fátima Cemeirão Ramalho Pisco para exercer o cargo de Directora do Centro Local de Lisboa Oriental.

O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

1 de Outubro de 2007. — O Inspector-Geral, *Paulo Jorge Vieira Morgado de Carvalho*.

Nota Curricular

Maria de Fátima Cemeirão Ramalho Pisco, casada, 40 anos, licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (1991); com pós-graduações em Direito do Trabalho, pelo Instituto de Direito do Trabalho da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2002), em Tradução na variante de Inglês/Francês, pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (1995), em Estudos Europeus pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (1993). Frequentou diversos cursos de formação — nomeadamente um Seminário de Alta Direcção — Lei n.º 2/2004, realizado em 2004, pelo INA — e participou em ciclos de estudos, congressos, conferências, seminários, colóquios jornadas e encontros sobre temas da área das condições gerais de trabalho, segurança higiene e saúde no trabalho e outros conexos com as actividades desenvolvidas, nomeadamente formação de formadores, informática na óptica do utilizador e para dirigentes, o direito do trabalho, a segurança e saúde no trabalho nos mais diversos aspectos e sectores (construção civil, máquinas e equipamentos de trabalho, organização do trabalho, riscos profissionais, organização dos serviços de prevenção nas empresas, acidentes de trabalho e doenças profissionais). Frequentou Actualmente é inspectora superior do quadro de inspecção superior do ex-IDICT/IGT na Subdelegação do Barreiro da IGT — Inspecção-Geral do Trabalho, onde exerce funções de Subdelegada desde 2003. Ingressou em 5 de Dezembro de 1996 no Ministério para a Qualificação e o

Emprego na carreira de inspector superior; em 14 de Agosto de 1998 foi nomeada inspectora do quadro de pessoal do Instituto de Desenvolvimento e Inspecção das Condições de Trabalho; em 22 de Setembro de 2001 foi nomeada inspectora principal do quadro de pessoal do Instituto de Desenvolvimento e Inspecção das Condições de Trabalho; em 16 de Maio de 2007 foi nomeada inspectora superior do quadro de pessoal do ex-IDICT/IGT. Coordenou várias acções inter-regionais da IGT no âmbito da construção civil (2001-2002), nos centros comerciais e hipermercados (2000). Integrou vários grupos de trabalho, nomeadamente, para a revisão da legislação sobre agências privadas de colocação (2006-2007), para preparação de formação em Segurança na Construção (2004), com o INTEFP — Instituto Nacional do Trabalho, Emprego e Formação Profissional de França, num projecto de formação relativo à aplicação da metodologia da “árvore das causas” na realização de inquéritos de acidente de trabalho (2004), para reformulação da página Web da IGT, sobre matérias relativas à prevenção de riscos profissionais (2003), no “EURO 2004/Estádios de Futebol”, para acompanhamento da construção do novo estádio do Sport Lisboa e Benfica (2001-2003). Monitorou diversas acções de formação, nomeadamente, para inspectores do trabalho sobre “Segurança na Construção” (2004), sobre “Sinistralidade laboral no sector da construção” — curso de “Coordenação de Segurança” da Universidade Lusófona de Lisboa (2004), sobre “Análise e investigação de acidentes de trabalho” — curso “Segurança no trabalho da construção — gestão e coordenação”, do Centro Rodoviário Português (2003), sobre “O direito ao repouso enquanto factor de desenvolvimento social e de equilíbrio pessoal”, no Estágio de Formação Inicial para a carreira de Inspectores do Trabalho (2001). Orientou e coordenou estágios de formação, no âmbito do Programa de Estágios Profissionais na Administração Pública (2006-2007) e para ingresso na carreira de inspector superior do trabalho (2006). Apresentou comunicações em representação da Inspecção-Geral do Trabalho, em seminários e encontros sobre matérias relacionadas com a segurança e saúde no trabalho. Representou internacionalmente a Inspecção Geral do Trabalho, no dia temático da Conferência organizada pelo Comité de Altos Responsáveis das Inspecções de Trabalho da União Europeia (CARIT) sobre trabalho precário e ilegal e as suas implicações (2003) e na *IALI International Conference — “Labour Inspection priorities in the new millenium”*, em colaboração com a OIT, Croácia (Maio de 2000).

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Escola Náutica Infante D. Henrique

Aviso n.º 798/2008

Para os devidos efeitos, faz -se público que, ao abrigo dos Estatutos da Escola Náutica Infante D. Henrique, aprovados pelo Despacho Normativo 29/2004, de 18 de Junho, e na sequência do acto eleitoral realizado no dia 27 de Setembro de 2007, foi eleito Presidente do Conselho de Certificação Marítima da referida Escola o professor-adjunto Carlos Alberto de Sousa Coutinho.

7 de Dezembro de 2007. — O Presidente do Conselho Directivo, *Abel da Silva Simões*.

Aviso n.º 799/2008

Para os devidos efeitos, faz -se público que, ao abrigo dos Estatutos da Escola Náutica Infante D. Henrique, aprovados pelo Despacho Normativo 29/2004, de 18 de Junho, e na sequência do acto eleitoral realizado no dia 26 de Setembro de 2007, foi eleito Presidente do conselho científico da referida Escola o professor-adjunto Abel Viriato Conde de Amorim.

7 de Dezembro de 2007. — O Presidente do Conselho Directivo, *Abel da Silva Simões*.

Aviso n.º 800/2008

Para os devidos efeitos, faz -se público que, ao abrigo dos Estatutos da Escola Náutica Infante D. Henrique, aprovados pelo Despacho Normativo 29/2004, de 18 de Junho, e na sequência do acto eleitoral realizado no dia 24 de Outubro de 2007, foi eleito Presidente do Conselho Pedagógico da referida Escola o professor-adjunto Luís Manuel Fernandes Mendonça.

7 de Dezembro de 2007. — O Presidente do Conselho Directivo, *Abel da Silva Simões*.

Despacho (extracto) n.º 1155/2008

Por deliberação do Conselho Directivo da Escola Náutica Infante D. Henrique, de 06 de Dezembro de 2007, foi autorizado o pedido de licença sem vencimento de longa duração, com efeitos a partir de 01

de Setembro de 2007, ao professor adjunto desta Escola, Vítor Manuel dos Reis Franco Correia, ao abrigo do artigo 78º do Dec.-Lei n.º 100/99, de 31 de Março.

6 de Dezembro de 2007. — O Presidente do Conselho Directivo, *Abel da Silva Simões*.

MINISTÉRIO DA CULTURA

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 1156/2008

Nos termos e ao abrigo do disposto no artigo 6º do Decreto-Lei n.º 164/2006, de 9 de Agosto, conjugados com o disposto na alínea a) do artigo 6º dos Estatutos da Fundação de Arte Moderna e Contemporânea — Coleção Berardo, aprovados pelo mesmo diploma, determino:

1 — Que o Fundo de Fomento Cultural atribua à Fundação Coleção Berardo a quantia de 500 000,00 € (quinhentos mil euros) correspondente à prestação devida durante o mês de Setembro de 2007.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Setembro 2007 e revoga o meu anterior despacho n.º 28/MC/2007, de 31 de Agosto de 2007.

12 de Dezembro de 2007. — A Ministra da Cultura, *Maria Isabel da Silva Pires de Lima*.

Despacho n.º 1157/2008

Nos termos da Lei Orgânica do XVII Governo Constitucional, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 79/2005, de 15 de Abril, alterada pelos Decretos-Leis n.ºs 11/2006, de 19 de Janeiro, 16/2006, de 26 de Janeiro e 135/2006, de 26 de Julho, e ao abrigo do disposto nos artigos 35º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, no n.º 1 do artigo 9º da lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e no artigo 27º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, delego no Director do Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, Instituto Público (IGESPAR, I. P.), licenciado Elísio Costa Santos Summavielle, com a possibilidade de subdelegação dentro dos limites da lei, os poderes necessários para a prática dos seguintes actos:

1 — Em matéria de competências específicas:

1.1 — Aceitar depósitos de bens culturais, desde que deles não resultem encargos, nem responsabilidades para o Estado;

1.2 — Autorizar a cópia e reprodução de obras de arte e espécies documentais que se encontrem nos seus serviços dependentes, fixando as respectivas condições, sem prejuízo dos regulamentos especiais em vigor ou que vierem a ser aprovados;

1.3 — Autorizar a cedência a título precário de espécies de obras que se encontrem nos seus serviços dependentes, para outros serviços dependentes ou para exposições no País que sejam patrocinadas por serviços tutelados pelo Ministério da Cultura;

1.4 — Autorizar que bens arqueológicos possam ser examinados e beneficiados nos serviços do IGESPAR;

1.5 — Autorizar a importação definitiva ou temporária de obras de arte, relacionadas com as suas atribuições.

2 — Em matéria de gestão de recursos humanos:

2.1 — Conceder a equiparação a bolsheiro, dentro e fora do País, nos termos, respectivamente, do artigo 3º do Decreto-Lei n.º 272/88, de 3 de Agosto, e do Decreto-Lei n.º 282/89, de 23 de Agosto, desde que não implique a necessidade de novo recrutamento;

2.2 — Autorizar a prestação de trabalho em dias de descanso semanal, descanso complementar e feriados prevista no n.º 5 do artigo 33º do Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto;

2.3 — Aprovar os programas das provas de conhecimentos específicos referidos no n.º 3 do artigo 21º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

2.4 — Proceder à constituição de fundos permanentes de dotações de pessoal.

3 — Consideram ratificados todos os actos praticados desde 1 de Abril de 2007 até ao dia 8 de Abril de 2007 pelo ex-Presidente do Instituto Português do Património Arquitectónico e desde o dia 9 de Abril de 2007 pelo Director do Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, Instituto Público, licenciado Elísio Costa Santos Summavielle, no âmbito dos poderes agora delegados até à data do presente despacho.

18 de Dezembro de 2007. — A Ministra da Cultura, *Maria Isabel da Silva Pires de Lima*.